

O LEVANTE DAS FORÇAS DO EXÉRCITO E DA MARINHA NO AMAZONAS NO ANO DE 1924

Isabel Aragão*

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade o estudo do levante das forças terrestres e marítimas na capital amazônica, Manaus: no Exército, o 27º Batalhão de Caçadores da 8ª Região Militar e, na Marinha, a Flotilha do Amazonas, no ano de 1924. Embora o trabalho dê ênfase à união entre os revoltosos do Exército e da Marinha, que ocorreu pela primeira vez no Brasil republicano, por ser este um ano marcado por revoltas em todo o país, direciono o foco da pesquisa para as alianças construídas entre os militares revoltosos, bem como para as alianças construídas entre os líderes das diversas revoltas apresentadas, de modo a que o leitor possa compreender parte do processo que levou à Revolução de 1930.

Palavras-chave: Revoltas. Tenentismo. Amazônia.

THE UPRISING OF THE ARMY AND NAVY'S FORCES IN THE AMAZON IN 1924

ABSTRACT

This article aims to study the uprising of the land and seagoing forces in Manaus, capital of Amazon: the 27th Army's Hunter Battalion of the 8th Military Region, and the flotilla of Amazonas, in Navy, in 1924. Although the work emphasis the connection between rebels of Army and Navy, in which first occurred in Federal Republic of Brazil, because it was a year marked by uprisings across the Brazilian country, this study focus on the alliances built between the military rebels and the leaders of the various uprisings presented. Thus, the reader can understand a piece of process that led to the Brazilian Revolution of 1930.

Keywords: Riots. Tenentismo. Amazon

EL LEVANTAMIENTO DE LAS FUERZAS DEL EJÉRCITO Y DE LA MARINA EN EL AMAZONAS EN EL AÑO DE 1924

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo la investigación del levantamiento de las fuerzas terrestres y marítimas en la capital del Estado de Amazonas, Manaus: en el Ejército, el 27º Batallón de Cazadores de la 8ª Región Militar, y en Marina, la Flotilla de

* Doutoranda em história no Programa de Pós-graduação da UERJ e professora da Secretária Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Contato: aragaoisabellopez@yahoo.com.br

Amazonas, en el año de 1924. Aunque el trabajo enfatice la unión entre los rebeldes del Ejército y de la Marina, que ocurrió por primera vez en el Brasil republicano, por este ser un año marcado por las revueltas en todo el país, dirijo el enfoque de la investigación a las alianzas construidas entre los militares rebeldes, y a las alianzas construidas entre los líderes de los diversos levantamientos, para que el lector pueda comprender parte del proceso que llevó a la Revolución de 1930.

Palabras clave: Revueltas. Tenentismo. Amazonía.

(Tenentismo fue el nombre dado al movimiento político-militar y a la serie de rebeliones de jóvenes oficiales, en la mayoría, tenientes del Ejército Brasileño, en el inicio de la década de 1920, descontentos con la situación política de Brasil.)

1 INTRODUÇÃO

Ao decidir por esse tema, em minhas primeiras pesquisas (ARAGÃO, 2006), pretendia conhecer as motivações dos líderes militares, procurando ir além das várias análises interpretativas já existentes, uma vez que algumas delas pareciam-me por demais distanciadas das razões apresentadas pelos militares. Pensei em recorrer aos seus próprios depoimentos em foro judicial ou simplesmente às declarações prestadas à imprensa. Essa forma pareceu a mais eficaz, no sentido de atender ao meu propósito: o de descobrir por qual razão esses jovens se envolveram numa aventura bélica, que transformaria suas existências em uma guerra interminável, com sérias consequências pessoais e profissionais. Queria descobrir o que os levava a pagar tão alto preço, onde conseguiam força e resistência para suportar toda a sorte de privações, ao combaterem em situações terríveis, sob tensão constante e durante longos anos. Também desejava compreender o sentimento de solidariedade que os mantinha unidos nos momentos mais trágicos, sem desistirem nunca, lutando juntos, anos a fio. Desejava saber, usando as palavras de Landucci, qual era “o segredo dessa magia” que os tornava “solidários e resignados, como se estivessem acorrentados, presos entre si, sempre juntos, nas situações mais dramáticas.” Ou, ainda, conforme ele cogitara, “de que tipo de sentimento” eram feitas “as algemas” que aprisionavam “estes homens.” (LANDUCCI, apud MEIRELLES, 1999, p. 545).¹

Cordeiro de Farias teria dito que o afeto que ligava a todos, homens “de regiões tão distantes, com hábitos e costumes tão diferentes, [...] tão desiguais entre si, em sua formação intelectual e em suas origens” era uma espécie de “irmandade”, que os transformava numa “grande e solidária família”. O sentimento de solidariedade

1 Ítalo Landucci fez parte dos batalhões de estrangeiros, na Revolução de 5 de julho de 1924, e seguiu com os revolucionários até o final da Coluna Prestes.

entre eles era tão intenso, que em lutas nas regiões rurais encontravam forças para “cavalgar dia e noite sem parar, amarrados em suas próprias montarias, só para morrer nos braços de seus companheiros.” (LANDUCCI, apud MEIRELLES, 1999, p. 545).

E foi essa solidariedade de companheiros que compartilhavam do mesmo código de valores, adquiridos no meio profissional, construída principalmente nos momentos de adversidade, entre combates e prisões, fugas e exílio, aliada à recusa do governo em anistiá-los, a causa da persistência do grupo em lutar até a tomada do governo. O endurecimento do regime com a repressão política, desencadeada nos governos Epitácio-Bernardes, a partir da implementação do estado de sítio, havia criado uma geração de revolucionários profissionais, não deixando a eles alternativa que não fosse a de lutar, pois, do contrário, permaneceriam na condição de prisioneiros e desertores foragidos.

Não havendo, portanto, sido anistiados em 1922, no ano de 1924, os rebeldes reorganizam-se em diversos levantes pelo país. No Exército, há uma explosão de insurreições que vão do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Observam-se, nesses levantes, além dos membros do Exército, a atuação e o apoio de civis, em alguns casos, como, por exemplo, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Amazonas, mas há, principalmente, o surgimento de um novo grupo de atores rebeldes: o envolvimento de oficiais e praças da Marinha.

Ao trilhar esses caminhos, percebi, durante a pesquisa, que a Marinha havia participado, efetivamente, de algumas dessas insurreições, sua atuação não ficava restrita ao levante do encouraçado São Paulo, no mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Pensando em preencher esta lacuna e em aliviar o incômodo que me causava listar nominalmente os membros do Exército, envolvidos nos levantes, enquanto aqueles que pertenciam à Marinha permaneciam sem distinção, sendo sempre citados como “os revoltosos da Marinha”, iniciei um estudo acerca do levante conjunto do 27º Batalhão de Caçadores e da Flotilha do Amazonas, em Manaus. Este foi o modo encontrado para aprofundar o conhecimento produzido sobre a participação da Marinha nas insurreições da década de 20 e, principalmente, sobre a aliança construída entre os seus membros revoltosos e os do Exército, malgrado a constatação da existência de rivalidades históricas derivadas da própria maneira como se formaram as duas Forças Armadas no Brasil.

Ao longo do trabalho, a pesquisa revela que, em 1924, diversos outros levantes ocorreram naquela região, quase que simultaneamente, havendo, inclusive, uma continuidade de atores envolvidos desde 1922, ocasião dos primeiros atos de rebeldia do Exército. A investigação, deste e de outros levantes ocorridos em 1924, permitiu o estabelecimento de uma conexão entre os levantes dos anos de 1922 e 1924, bem como das revoltas de 1924 entre si, e também

entre seus líderes, que, transferidos para as regiões mais distantes do Brasil, terminavam por encontrar novos aliados e reencontrar velhos amigos, de antigas conspirações. Após os levantes, esses encontros e reencontros seriam repetidos nas prisões, no exílio e em momentos de levante, em diversas regiões do país, amalgamando as alianças construídas entre os militares revoltosos do Exército e da Marinha.

O estudo do levante das forças terrestres e marítimas na capital amazônica refere-se às seguintes guarnições: no Exército, o 27º Batalhão de Caçadores da 8ª Região Militar; e na Marinha, a Flotilha do Amazonas, ambos em Manaus, capital do estado do Amazonas, no ano de 1924.

Como fontes primárias, foram estudados os relatórios do Ministro da Marinha ao presidente da República, Arthur Bernardes, nos quais o Ministro Alexandrino Faria de Alencar revela, a partir da contraofensiva realizada, dados importantes da revolta. Para análise do ponto de vista dos revoltosos, foram analisados seus discursos e manifestos, com vistas à compreensão dos propósitos que apregoavam. Foram utilizados, a título de comparação, para verificação da possível conexão entre os objetivos dos rebeldes do norte do Brasil e os dos demais revoltosos do Exército envolvidos em insurreições por todo o país no ano de 1924: nos estados do Pará, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e, na Marinha, a do encouraçado São Paulo, no Rio de Janeiro, os manifestos de Manaus e Sergipe.

2 A 8ª REGIÃO MILITAR

O ano de 1924 foi marcado pela revolta de várias guarnições do Exército e da Marinha, em todo o território nacional. Insurreições no norte do país, com abrangência dos territórios que vão do estado de Amazonas até o estado de Sergipe; são alguns desses levantes protagonizados por oficiais e praças das duas Forças Armadas.

O Exército estava organizado, do Amazonas ao Piauí, sob as ordens da 8ª Região Militar, e o Coronel Raymundo Barbosa respondia pelo comando deste agrupamento, por sua vez, composto pelas seguintes unidades subordinadas: o 27º Batalhão de Caçadores de Manaus, capital do Amazonas; o 4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará, quase fronteira com Amazonas; o 26º Batalhão de Caçadores de Belém, capital do Pará; o 24º Batalhão de Caçadores de São Luís, no Maranhão; o 25º Batalhão de Caçadores de Teresina, capital do Piauí. O comandante dessa Região Militar já havia exteriorizado certa desconfiança em relação aos oficiais transferidos para Manaus, para servirem sob suas ordens, pois, constantemente, chegavam a essas regiões mais distantes diversos militares com envolvimento em revoltas ou

sob suspeição por parte de seus comandantes anteriores. O que esse oficial antevia é que a remoção de revoltosos de várias partes do país para guarnições outras, distantes de sua origem, tivesse como consequência a união desses revoltosos, promovendo novas conspirações em torno da “causa” outrora defendida. Segundo o Comandante da 8ª Região, quase a “totalidade dos seus elementos” era de oficiais “indesejáveis em outros pontos do país” e que vinham transferidos para as novas guarnições “eivados de ideias subversivas”. Em razão disso, o 26º e 27º Batalhões de Caçadores, respectivamente, em Belém e Manaus, componentes da Região Militar que comandava, não lhe inspiravam confiança,² conforme relatório apresentado ao Ministro da Guerra, em 1924, ao General Setembrino de Carvalho. (CASCARDO, 2005, p. 294-295).

Transferido do Rio de Janeiro para o 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, o Primeiro-Tenente do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata era um desses oficiais a que o Coronel se referia. Antes mesmo de chegar àquela que seria sua guarnição, valendo-se dos portos de escala do navio em que viajava, fez contato com oficiais simpatizantes que serviam em Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, com vistas a um levante futuro. Era simpatizante do levante de 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, mas antes que pudesse aderir, o movimento fora debelado. Havia sido preso em 25 de dezembro de 1923, em São Paulo, quando tentava chegar à Ponta Grossa. Nessa ocasião, levava consigo as instruções que orientariam os conspiradores locais a realizarem a prisão do Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, que regressava do Rio Grande do Sul, onde teria participado da intermediação do Pacto de Pedras Altas, após o término da guerra civil naquele Estado, neste último ano. A prisão do Ministro serviria como indicativo para o levante simultâneo das guarnições sediadas no Paraná e de parte do Rio de Janeiro. Neste último estado, o agente de ligação era o Capitão Leopoldo Nery da Fonseca, chefiado pelo Coronel Waldomiro Castilhos de Lima, Comandante do 3º Regimento de Infantaria. Julgavam que outras guarnições, espalhadas pelo território nacional, acompanhariam o movimento revoltoso iniciado por eles, contudo, a delação do plano por um dos pretensos participantes impede que o movimento nem sequer tenha início, resultando em nova onda de transferências e prisões (Cf. SILVA, 1964).³

2 O 4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará, nunca foi objeto de desconfiança do Comandante aludido, contudo, como veremos adiante, adere ao levante sem oferecer qualquer tipo de resistência.

3 Ver sobre BARATA apud CASCARDO, obra citada, p. 293, 294, 295 e 303.

2.1 A FLOTILHA DO AMAZONAS⁴

O processo de criação de uma Divisão Naval na Amazônia tem início no século anterior aos levantes de que tratamos, em novembro de 1864, data em que o navio Mercante Marquês de Olinda foi aprisionado a mando de Solano Lopez. Esse ato das forças paraguaias marca o início das hostilidades entre Brasil e Paraguai, que só terminariam ao fim da guerra entre os dois países. Seguiu-se a esta iniciativa do governo paraguaio, no mesmo ano, a invasão do território do Mato Grosso. A reação do governo brasileiro ao ataque militar foi de estabelecer um bloqueio às linhas de abastecimento daquele país, a fim de cortar o fluxo de suprimentos vitais às forças agressoras e à população paraguaia. Além dessa medida, em 11 de junho de 1865, a Marinha Imperial brasileira, sob a liderança do Almirante Tamandaré, enviou uma Força Naval, comandada pelo Chefe de Divisão Barroso, confrontando-se com o Exército paraguaio às margens do Riachuelo. A batalha resultou na vitória e consolidação do domínio brasileiro das vias fluviais na região, reduzindo a desavença a conflitos terrestres.⁵

A inexistência de tratados de limites firmados entre os vizinhos ribeirinhos passou a constituir preocupação governamental, em face das atitudes hostis das repúblicas vizinhas, particularmente a Bolívia. Esta última era simpática à causa lopista⁶ e, em plena guerra contra o governo do Paraguai, reclamava a reabertura de negociações relativas às questões fronteiriças, notadamente na região do Acre, e à liberdade de navegação no Rio Amazonas e tributários. O Imperador D. Pedro II, na tentativa de evitar uma nova frente de combate na região amazônica, decidiu emitir o Decreto de 7 de dezembro de 1866,⁷ que abria o Rio-Mar, nome pelo qual era chamado o rio Amazonas, e seus principais afluentes, à navegação mercante de todas as nações. Assinou o Tratado de Ayacucho com o governo boliviano, em 27 de março de 1867, ajustando a questão de limites, que apresentava, ainda, controvérsias, nas cláusulas constantes nos tratados de Madri, de 1750, e Santo Ildefonso, de 1777, mas que assegurava àquela nação andina a posse de grande parcela do território que hoje forma o Estado do Acre. Essa nova situação exigia que o Brasil mantivesse, naquela região, um policiamento naval efetivo. Embora houvesse, em Belém do Pará, o 3º Distrito Naval, estabelecido a partir do Decreto nº 3.045, de 22 de janeiro de 1863, a ação desse Distrito era limitada à costa marítima,

4 Todas as informações históricas sobre a Flotilha do Amazonas foram retiradas do site da Marinha. Disponível em: <www.mar.mil.br/flotam/historic.htm>, na data de 7 de outubro de 2009 e no site do comando do 9º Distrito Naval, disponível em: <www.mar.mil.br/9dn/OM/Amazon.htm>, na mesma data. Acesso em: 8 set. 2012.

5 Ibid.

6 Referência a Solano Lopes, presidente do Paraguai à época da Guerra do Paraguai.

7 O Decreto nº 3.749, de 7 de Dezembro de 1866 abre os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e S. Francisco à navegação dos navios mercantes de todas as nações.

dentro da área do litoral compreendida entre o Rio Guaçu e os limites do Império com a Guiana Francesa. Além disso, não possuía navios próprios para as vias fluviais que, até então, eram inteiramente desconhecidas. Por essa razão, o Decreto, de 7 de dezembro de 1866, atendia ao propósito de criar, nesse Distrito Naval, onde o governo determinasse, uma Divisão Naval composta de navios ou flotilhas, constituída por navios de guerra, sempre comandados por oficiais de patente não inferior a Capitão-Tenente. O Aviso de 2 de junho de 1868, baixado pelo governo, viria a criar, então, a Flotilha do Amazonas, com sede na capital da província do mesmo nome à época, com atribuições de “policiar as fronteiras fluviais com as repúblicas vizinhas e fazer executar, nas embarcações estrangeiras, os regulamentos fiscais vigentes, a fim de garantir os interesses do Império na região”.⁸

O Vice-Almirante Joaquim Raimundo de Lamare, pela Circular nº 68, de 25 de julho de 1868, é dispensado do Comando-Chefe da Força Naval do referido Distrito, função que exercia cumulativamente com a de Presidente da Província do Pará. Segue-se a essa dispensa a nomeação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Vitório José Barbosa de Lomba para assumir o cargo de Comandante da Flotilha do Amazonas, sendo-lhe conferidas 12 lanchas a vapor, tripuladas por 192 praças do Corpo de Imperiais Marinheiros. Após terem sido devidamente equipadas em Belém, subiram o rio Amazonas, atingindo a capital na noite de 26 de dezembro de 1868, quando passaram a executar suas atividades de policiamento dos rios, sobretudo das fronteiras com países vizinhos e de apoio às autoridades locais.⁹

No final do século XIX, o espanhol Luiz Galvez reacende a questão acreana com a proclamação do Estado Independente do Acre, por não aceitar do governo boliviano a cobrança de impostos, taxas e direitos de importação da borracha. Para fazer valer o Tratado de Ayacucho, de 1867, o governo Federal decide enviar navios da Flotilha do Amazonas que, atingindo a cidade de Puerto Alonso, depõe Galvez e devolve o território às autoridades bolivianas. A questão acreana não estaria, contudo, resolvida, pois, no Congresso boliviano de 17 de dezembro de 1901, foi aprovada a criação do “Bolivian Syndicate”, conglomerado capitalista que “passava a ficar com a administração fiscal do Território do Acre”¹⁰, com poderes, inclusive, para: “equipar e manter uma força armada de navios de guerra, para defesa dos rios, a conservação da ordem interna ou outros objetivos, em adição à força de polícia”¹¹. Este fato provocou a segunda revolta dos seringueiros brasileiros, desta vez chefiada por Plácido de Castro, e a consequente não aceitação, pelo governo brasileiro, de tais artigos da lei que iam de encontro aos interesses nacionais. Para resolver a pendência entre os dois países, foram empreendidas negociações

8 Ibid.

9 Ibid..

10 Ibid.

11 Ibid.

diplomáticas que resultaram no Tratado de Petrópolis, firmado a 17 de novembro de 1903, que concedia ao Brasil soberania sobre o Território do Acre. Para garantir o cumprimento dos termos do Tratado, é criada a Divisão Naval do Norte que, sob o comando Contra-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, suspende¹² do Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1903, em direção a Manaus, incorporando-se aos navios da Flotilha do Amazonas. Essa Divisão Naval regressou ao Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1905, sendo extinta por não ter mais razão de existir. Em princípio de 1910, por conveniência sanitária, a Flotilha do Amazonas foi deslocada para Belém, que também oferecia facilidades para pronto reparo dos navios, em caso de necessidade. Entretanto, em 1912, retornou à sua antiga sede em Manaus.

Quando houve a insurreição militar paulista, em 5 de julho de 1924, extensivo a outras unidades da federação, inclusive Pará e Amazonas, em Manaus, os revoltosos tomaram os navios da Flotilha, depuseram as autoridades locais e dominaram a capital. Diante dessa situação, em 31 de julho do mesmo ano, suspendeu, do Rio de Janeiro, uma Força Naval para combater os revoltosos, chegando a Manaus no dia 30 de agosto. Com o término do movimento, a Flotilha do Amazonas, mais uma vez, recebeu ordem de transferir-se para Belém.

Na época do levante da Flotilha do Amazonas, no ano de 1924, a Marinha mantinha no Estado do Amazonas uma flotilha composta por quatro pequenos navios: o aviso *Ajuricaba*, comandado pelo Capitão de Corveta Leopoldo Gomensoro; o aviso *Teffé*, comandado pelo Primeiro-Tenente Aurélio Linhares, e a canhoneira *Missões*, sob o comando do Primeiro-Tenente Lemos Cunha. O aviso *Amapá* era o quarto navio da Flotilha.

3 CONSPIRAÇÃO, TRANSFERÊNCIAS E PRISÕES NA MARINHA E NO EXÉRCITO

Da mesma forma que o Ministro do Exército, o Ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, em relatório anual ao Presidente da República, confirmava a presença de oficiais da Marinha suspeitos, nessa região, desde os “sucessos de 5 e 6 de julho de 1922.” (Brasil, 1925).

O resultado das transferências e das prisões efetuadas não havia sido o esperado pelos governantes da época. Ao tentarem promover a ruptura dos vínculos rebeldes, facilitaram o encontro de diversos revoltosos em guarnições distantes da capital federal, para onde eram transferidos ou nas instituições prisionais, para as quais eram enviados para cumprir suas penas. Assim, era criada, pelo próprio governo, a oportunidade para que disseminassem ideias rebeldes em outros estados, com vistas a conspirações futuras. Além disso, os vários transtornos pessoais causados pelas súbitas transferências passaram a ser um fator a mais para a revolta desses militares, em acréscimo às ideias de oposição política. Tudo

12 Termo naval que significa “levantar âncora”.

parecia colaborar com a causa rebelde, pois, estando em regiões distantes, o que aparentemente significava um afastamento, acabava por se transformar em um novo encontro ou reencontro de velhos companheiros, também transferidos para outra região do país. A reunião desses oficiais propiciava a troca de informações de fatos ocorridos dentro e fora da instituição a que estavam ligados, considerando que neste período apenas o telégrafo, os jornais e a postagem de cartas eram os meios utilizados para a obtenção de informações acerca de seus companheiros, dos levantes ou da situação política do país.

Assim haviam se conhecido Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e o Primeiro-Tenente da Marinha José Baker Azamor, em Manaus, graças à prática implementada pelo governo de transferir para regiões remotas todo e qualquer oficial que não fosse da confiança de seus comandantes. Nascido em 1899, Baker Azamor ingressou na Escola Naval em 1915, concluindo o curso em 7º lugar, numa turma de 17 Guardas-Marinha. Foram alunos dessa turma: Eurico Castilhos de França, Djalma Fontes Cordovil Petit e Hercolino Cascardo, futuros revoltosos, que já se conheciam da Escola. Declarado Guarda-Marinha em 1918, no ano seguinte, recém-promovido a Segundo-Tenente, matricula-se no curso de Aviação Naval, quando recebe o brevê de piloto. Três anos depois, é promovido a Primeiro-Tenente, ocasião em que inicia a sua atividade revolucionária. Foi preso em 28 de abril de 1922, sob a acusação de ser participante em uma tentativa de ataque aéreo contra o presidente Epitácio Pessoa e sua comitiva, que naquele dia regressava de Petrópolis (CASCARDO, 2005, p. 294, notas 1 e 2).¹³ Por intermédio de um só despacho ministerial, ele e os oficiais navais aviadores Belisário Moura, Sá Earp e Flávio Santos,¹⁴ juntamente com mais dez suboficiais do Exército, do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, foram presos. (SILVA, 1964, p.53).

Esse tipo de ação, iniciada no governo de Epitácio Pessoa, demonstra como levadas de militares eram constantemente enviadas ora para as mesmas prisões, ora para transferências para quartéis longínquos, onde praças e oficiais se conheciam ou reviam antigos companheiros, reforçando laços profissionais ou de amizade, bem como seus ideais revolucionários.

José Baker Azamor foi processado pela Justiça Militar e poucos meses depois foi absolvido e transferido para Manaus, designado para imediatar a canhoneira *Missões*, sob o comando do Primeiro Tenente Lemos Cunha, que, conforme já foi dito acima, integrava a Flotilha do Amazonas.

Segundo Francisco Cascardo (LINHARES, 1933, apud CASCARDO, 2005,

13 Foi preso sob a acusação de ser participante em tentativa de ataque aéreo contra Epitácio e sua comitiva que naquele dia regressava de Petrópolis, segundo a versão do Ministro Veiga Miranda, mas há outra versão, do Correio da Manhã, de que se recusara a fazer evoluções sobre a comitiva de Epitácio Pessoa atirando-lhe flores.

14 É possível que Belisário Moura, Sá Earp e Flávio Santos não tenham ido para Manaus juntamente com Backer Azamor, pois não constam entre os nomes dos rebeldes dessa guarnição militar.

p. 298 e 366), os principais conspiradores do Exército eram o Primeiro-Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e o Capitão José Carlos Dubois, este último, entusiasmado participante da última campanha presidencial de Nilo Peçanha. Da Marinha destacavam-se, como rebeldes, os Primeiros-Tenentes José Baker Azamor, José Lemos Cunha e Aurélio Linhares. Este último, ao dar depoimento sobre o levante afirmou não suportar “o estylo de Bernardes agir, brutal, corruptor, mesquinho”, além de ter a consciência de que “se um deles “não aderisse, nada se faria” e de que “não seria razoável que, por causa de um, deixasse de haver acontecimento de tal monta” (LINHARES, 1933, apud CASCARDO, 2005, p. 298 e 366).

4 O PAÍS EFERVESCIA EM CONSPIRAÇÕES E REVOLTAS

A acomodação dos comandos para o levante da Flotilha do Amazonas foi feita com José Baker Azamor assumindo o aviso *Ajuricaba*, no lugar do seu comandante, o Capitão de Corveta Leopoldo Gomensoro, oficial legalista que foi preso, enquanto os demais comandantes se mantiveram no comando de seus navios de praxe, ficando organizada a frota para o levante da seguinte forma: o aviso *Ajuricaba*, comandado por José Baker Azamor, que anteriormente o imediatava, o aviso *Teffé*, comandado pelo Primeiro-Tenente Aurélio Linhares; e a canhoneira *Missões*, sob o comando do Primeiro-Tenente Lemos Cunha. O aviso *Amapá* no momento da revolta estava ausente, a serviço.

Na capital do Amazonas, porém, não houve a reacção imediata, conseguindo os revoltosos dominar a situação até a chegada das forças enviadas pelo Governo da República, que seguiram também com a mesma presteza das que operavam em São Paulo e Sergipe. Pelas primeiras notícias chegadas a esta Capital, logo se soube da adesão de alguns navios da flotilha do Amazonas ao movimento: eram elles as canhoneiras “Missões” e “Teffé” e o aviso “Ajuricaba”. Ficara fiel ao Governo a canhoneira “Amapá”, e dos officiaes, nenhum de graduação superior pactuou com o crime, sendo os chefes, na parte da Marinha, os primeiros tenentes que já se haviam salientado pelo procedimento suspeito, durante os sucessos de 5 e 6 de julho de 1922. (Brasil, 1925).

A interpretação do Ministro da Marinha tenta, no relatório anual, minimizar a ação rebelde ao afirmar que o aviso *Amapá* não aderira, pois este navio, no momento da revolta, estava ausente, a serviço. Da mesma forma, ao referir-se somente à Marinha quando afirma que, “dos officiaes, nenhum de graduação superior pactuou com o crime, sendo os chefes, na parte da Marinha, os Primeiros-Tenentes” (Brasil, 1924), mascara a participação e a patente de outros incontáveis oficiais do Exército, como é o caso dos envolvidos nos levantes de Sergipe e de São Paulo, no mesmo mês. Fica clara a tentativa de caracterizar a revolta como a

insubordinação de um grupo isolado, que não correspondia à alta oficialidade da Força Armada envolvida, imbuídos do “propósito evidente de satisfazer ambições meramente pessoais,” (RELATÓRIO MINISTRO DA MARINHA, 1924) sem maior gravidade, fazendo parecer que o Ministério mantinha tudo sob controle, embora reconheça que são rebeldes que “já se haviam salientado pelo procedimento suspeito, durante os sucessos de 5 e 6 de julho de 1922” (RELATÓRIO MINISTRO DA MARINHA, 1924). Essa é uma peculiaridade dos relatórios anuais dos Ministros da Marinha e do Exército e de muitos outros documentos oficiais da época, que dão ênfase à tentativa de minimizar a intensidade, a frequência e a abrangência territorial dos levantes militares dessa época. Outro recurso comumente utilizado pelo Ministro da Marinha era o de exaltar, positivamente, a atuação das tropas legalistas, com alusões ao fato de serem “fiéis ao cumprimento do dever” (Brasil, 1925) e de combaterem “sempre com heroísmo e bravura” ou o de utilização de termos depreciativos ao referir-se aos revoltosos, tais como: “grupo de brasileiros desnorteados e sem patriotismo”, numa tentativa de desmoralizá-los, como no trecho abaixo:

Terminada a luta em São Paulo as Forças da Marinha desfilaram em continência ao Presidente do Estado, solemnizando ao mesmo tempo a vitória da legalidade, e a derrota definitiva dos rebeldes, cujo movimento se havia de limitar, dahi em deante, á corrida do contacto das tropas que o perseguiam (Brasil, 1925).

4.1 A ALIANÇA ENTRE MARINHA E EXÉRCITO

A primeira providência tomada pelos rebeldes, para o início da revolta da Flotilha do Amazonas, foi a prisão dos oficiais legalistas que comandavam a Marinha. Por esse motivo, além do comandante do Ajuricaba, o Capitão de Corveta Leopoldo Gomensoro, outros dois oficiais foram detidos, o Capitão de Mar e Guerra Hormido Maria de Albuquerque e o Capitão dos Portos, Capitão de Fragata Cyro C. Meneses.

Para evitar que superiores hierárquicos permanecessem em prisões, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Euclides Lins, ambos oficiais do Exército, foram designados para levá-los sob escolta ao 27º Batalhão de Caçadores e depois transferidos para o palácio do governo, onde permanecerem até o fim da revolta. O próximo passo era conseguir a adesão das guarnições mais próximas, a fim de que pudessem aumentar o efetivo inicial que consistia no 27º Batalhão de Caçadores, em Manaus, em toda a Flotilha do Amazonas, exceto o aviso Amapá, mencionado anteriormente, e no efetivo da Polícia Estadual, já unido aos revoltosos, contando com cerca de 300 homens.

O poder de fogo da Flotilha não ultrapassava a uns poucos canhões de 47mm

e 57mm, enquanto somente um dos navios legalistas, o cruzador *Barroso*, possuía canhões de 152, 120 e 47mm, além de lança-torpedos e holofotes de batalha.

O Ministro da Marinha providenciou o envio, para Manaus, dos seguintes navios e hidroaviões:

Determinei a imediata partida, no dia 31 de Julho, do cruzador “Barroso” e dos contratorpedeiros “Sergipe” e “Mato Grosso”, com instruções para cooperar com as forças do Exército, e metter imediatamente a pique qualquer navio fora da lei, caso não obedecesse incontinenti à ordem de rendição. Essa flotilha alcançou Belém na tarde do dia 9, levando também dois hydro-aviões para os esclarecimentos precisos e acção de bombardeio (Brasil, 1925).

Ao emitir “instruções para cooperar com as forças do Exército”, o Ministro revela a curiosa união entre Marinha e Exército do lado legalista, em luta contra Marinha e Exército, também unidos na revolta através da junção da Flotilha e do 27º B.C. Revela, também, a desvantagem bélica, conhecida dos rebeldes, devido ao treinamento que possuíam, e a violência com que seriam combatidos, haja vista as instruções para “metter imediatamente a pique qualquer navio fora da lei, caso não obedecesse incontinenti á ordem de rendição”. Ainda que os rebeldes conhecessem suas desvantagens, a insistência nas insurreições residia no fato de, ao iniciarem os levantes, esperarem a adesão de outras guarnições, pois sabiam que grande parte da instituição era favorável ao movimento (Brasil, 1925).

Isidoro Dias Lopes, ao ocupar a capital de São Paulo, em 5 de julho de 1924, onde permaneceu por mais de 20 dias, também experimentara de significativa desvantagem bélica. O efetivo enviado para combater as tropas por ele comandadas foi de cerca de 15.000 soldados, tanques, aviões em bombardeio e artilharia de campo, contra três mil homens em armas, alguma artilharia e mais o armamento que conseguiam capturar em combate contra o efetivo legal. No caso da Marinha legalista, ainda em São Paulo, houve apoio constante da Directoria do Armamento e do Depósito Naval, que cedeu víveres e materiais de toda sorte para a manutenção das tropas, transportadas pelo Lloyd Brasileiro, que funcionou como reserva desta Força Armada. A Esquadra também esteve presente para garantir o trânsito marítimo da Marinha Mercante, responsável pelo “transporte de pessoal, abastecimentos, material e munição de guerra”; para assegurar “a posse da cidade de Santos; a fidelidade do Forte Itaipús, cobrindo-o com a artilharia dos navios”; para fornecer “contingentes á linha de frente, municionando-os e mantendo um systema offensivo [...]” (Brasil, 1924). Também, da mesma forma que os revoltosos do Amazonas, Isidoro revelaria sua surpresa ao constatar que a adesão esperada não havia ocorrido.

“[...] A corte de parasitas que suga a nação só merece o apoio daqueles que se locupletam com os restos dos magnatas. Aí estão para prová-lo as pessoas que hoje cercam o Presidente da República, inclusive uma parte do Exército – mínima parte, porque você pode estar certo de que a maioria desses que se encontram em Guaiaúna e no Rio, a favor do governo, têm os mesmos sentimentos nossos e só mesmo alguma coisa, que não posso ainda explicar, fez que até agora não tenham causa comum conosco. Esse falso legalismo conta apenas com meia dúzia de graduados sem valor e sem dignidade, cujos galões foram conquistados com o sacrifício da própria honra militar” (ARAGÃO, 2006).¹⁵

O combate mais violento de todos, entre legalistas e rebeldes, foi contra o vapor *Jary*, navio particular de propriedade do Senador paraense usado para transporte de madeira, capturado pelos rebeldes, o que aumentou a flotilha rebelde. Este navio foi cercado pelos dois destróieres, quando os três navegavam com as luzes apagadas. Com um de cada lado do navio rebelde, o *Jary* recebeu uma carga de canhões e afundou; foi possível salvar somente metade de uma tripulação de 100 homens. O *Teffé* também havia sido surpreendido pelo *Barroso*, que disparou sobre ele seus canhões de 152 mm e 75 mm, mas, como não foi atingido, os rebeldes puderam se esconder mata adentro.

Em Óbidos, no Pará, também há violência. A cidade, da mesma forma que São Paulo, é bombardeada por aviões legalistas. Essa ação gera a deserção de 800 praças que ainda restavam no 4º G.A.C., que se embrenham na floresta à noite. O próprio Aurélio Linhares comenta não saber “como em três dias oitocentos homens, cercados de florestas impenetráveis, conseguiram desaparecer”. Cinco oficiais permaneceram no Forte de Óbidos: o Capitão Oscar Severiano Bastos Nunes, os tenentes Joaquim Magalhães Cardoso Barata, Saint Clair Peixoto Paes Leme, José Baker Azamor e Aurélio Linhares para não entregarem “a praça abandonada: não se diria que a legalidade a encontraria deserta”, já que todos oficiais, sargentos ou praças do 4º G.A.C. haviam desertado.

O restante das cidades foi facilmente dominado. Usando a estratégia de tomar o telégrafo e de se fazer passar por rebelde, o Capitão Mendes de Moraes comunicou-se com as outras cidades, ocultando, inclusive, o barulho dos canhões contra o *Jary*, sugerindo que o som estrondoso viesse de trovões. Dessa forma, Mendes de Moraes foi atraindo e prendendo uma a uma as embarcações que faltavam, exceto o *Ajuricaba*, (LINHARES, 1933, obra citada) o *Missões* e o *Bahia*, que só são recuperados pelos legalistas em Manaus.

Embora derrotados, a adesão maciça em todo o país era um sinal de que as oligarquias estavam com seus dias contados. Somente no ano de 1924, revoltam-se quase simultaneamente: a Flotilha do Amazonas, aqui estudada, em 23 de julho,

15 Trecho da última entrevista do general Isidoro Dias Lopes, ao jornalista Paulo Duarte, no dia da retirada das tropas revolucionárias da capital paulista.

juntamente com o 27º Batalhão de Caçadores, de Manaus, capital do Amazonas, dominam as cidades de Manaus, Óbidos, Itacoatiara, Parintins, Santarém Alemquer, Monte Alegre, Prainha, Almeirim e Gurupá, até chegarem ao porto de Belém. Dias depois, levanta-se o 4º Grupo de Artilharia sediado em Óbidos, no Pará. O 28º B.C. de Sergipe já havia se revoltado desde 13 de julho; o 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Mato Grosso, levanta-se no dia 12 de julho na cidade de Bela Vista; o levante do 26º B.C. ocorreria no dia 26 de julho, em Belém.

Em Mato Grosso, no dia 12 de julho, o 10º Regimento de Cavalaria Independente, na cidade de Bela Vista, ao se rebelar, está sob a liderança dos tenentes Pedro Martins da Rocha e Riograndino Kruel, que imediatamente enviam telegramas a Isidoro Dias Lopes, em que se declara à disposição dele, com cópia ao Ministro da Guerra, confirmando a adesão. Mais uma vez podia-se perceber como os levantes estavam interligados. Além dessas guarnições militares, levantaram-se as seguintes cidades do país: o Exército, em 5 de julho, em São Paulo, com a cidade dominada por um mês e retirada extensiva à Foz do Iguaçu e, ainda o Exército – com adesão dos civis “Libertadores”: em 24 de outubro, no Rio Grande do Sul – cidades de São Borja, de São Luís das Missões; de Uruguiana e de Santo Ângelo - enquanto a Coluna Paulista resistia na região de Foz do Iguaçu, até sua junção com as tropas sulistas, para a formação da Coluna Prestes, atuante até 1927. Na Marinha, em 4 de novembro, no Rio de Janeiro, há a tentativa do levante do encouraçado *Minas Gerais* e da contratorpedeira *Goiás*, sem sucesso, e o levante do encouraçado São Paulo, tendo seguido até Montevidéu e após aportarem, os revoltosos da Marinha, se unido aos revolucionários do Rio Grande do Sul.

Tais informações revelam apenas parte do que foi a explosão de movimentos militares por todo o país e da ligação existente entre os revoltosos, mesmo diante da dura repressão exercida pelos militares legalistas e pela polícia política, representada pelos investigadores da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia Política, responsável por inúmeras perseguições e prisões (ARAGÃO, 2012). Era a Revolução de 1930 em curso, com suas bases militares já lançadas por todo o país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adailton dos Santos. *85 anos de uma revolta esquecida!* [S. l.]: UFS; CNPq. Disponível em: <<http://laudasdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 2 out. 2012.

ARAGÃO, Isabel Lopez. *1924: a Revolução que começou em 1889*. 2006. 385 f. Monografia (Pós-Graduação em História do Brasil) - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2006.

_____. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil* (resumo histórico). Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório anual de 1924 do Ministério da Guerra*. Rio de Janeiro, 1924. p. 5. Chicago Library Resources. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório anual de 1925 do Ministério da Marinha*. Rio de Janeiro, 1925. p. 17. Chicago Library Resources. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. *Relatório anual de 1925 do Ministério da Marinha*. Rio de Janeiro, 1925. p. 18. Chicago Library Resources Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. *Relatório anual de 1925 do Ministério da Marinha*. Rio de Janeiro, 1925. p. 19. Chicago Library Resources. Disponível em: <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1978. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 3, v. 2, Cap. 5.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *O tenentismo na Marinha: os primeiros anos: 1922 a 1924*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FAUSTO, Bóris. *Revolução de 1930*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FVG, CPDOC, 2001. v.1.

LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Brasiliense, 1947.

LINHARES, Aurélio. As grandezas e misérias das revoluções. *O Globo*. Distrito Federal, 31 jul. 1933.

MANAUS (AM). Governo revolucionário: manifesto: declaração. In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: Revolta de 1924 em Sergipe*. 2008. 129 p. Dissertação (Pós-Graduação em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. Manifesto: Proclamação. In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: Revolta de 1924 em Sergipe*. 2008. 129 p. Dissertação (Pós-Graduação em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MEIRELLES, Domingos. 1999. *A noite das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. São Paulo: Record, 1999.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: SUFRAMA, Calderaro, 1985.

SANTOS, Juberto de O. *A Comuna de Manaus*. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 5 dez. jul. 2012.

SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (Coleção Documentos da História Contemporânea. v. 2.)